

INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade se faz, necessariamente, a partir da análise de suas múltiplas dimensões, contudo a prática do olhar de cada ciência conduz ao privilegiamento de uma ou algumas dessas dimensões. Isso não será diferente no presente trabalho, onde a dimensão privilegiada é a espacial, não porque as outras sejam menos relevantes mas porque esta é a dimensão que prevalece quando um geógrafo trata de compreender a realidade.

O espaço privilegiado de análise deste trabalho é Curitiba, recorrentemente tomada como objeto por diferentes áreas do conhecimento e apreendida a partir de diversas leituras, destacando-se aquelas que se referem ao planejamento urbano, tanto na perspectiva das ações implementadas quanto do discurso e do *city marketing*, propostas, sobretudo, por urbanistas, sociólogos e historiadores, como também por economistas que têm proposto interpretações das transformações no âmbito da economia do estado e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com ênfase especial à indústria.

A despeito de serem leituras específicas de cada área do conhecimento, todas elas se juntam no presente trabalho. Não se trata de retornar à idéia da Geografia como ciência de síntese, mas sim de valorizar as distintas dimensões acima referidas, na medida em que são fundamentais para a compreensão da dimensão espacial pretendida. Relaciona-se, isso sim, ao que aponta LEFEBVRE (1976, p. 5-9) quando justifica que a análise do espaço abarca o conjunto das atividades prático-sociais, que se relacionam em um espaço complexo, urbano e cotidiano e que garantem, até certo ponto, as relações de produção. "A través de esse espacio actual, de su crítica y de su conocimiento se alcanzan lo global y la 'síntesis'. Un conjunto en el cual cada 'artículo' contiene una 'especificidad', ... Esse conjunto no tiene nada que ver com um sistema o uma 'síntesis' en el sentido clásico de la palabra, a pesar de la conexión de sus elementos y aspectos". Desse modo, a dimensão espacial não pode estar reduzida como afirma o Autor "a *localizar* en el espacio preexistente una necesidad o una función, sino, al contrario, de

espacializar una actividad social, vinculada a una práctica en su conjunto, *produciendo* un espacio apropiado".

A relação espaço e sociedade tem se alterado profundamente em Curitiba, sobretudo a partir do ano de 1995, em razão da maior complexidade do urbano, do econômico e do social, que ocorrem em meio a uma forte presença do Estado, viabilizando projetos de grande envergadura transformadora. Dessa correlação um novo espaço é produzido e sua compreensão é o que motiva a realização deste trabalho.

O jogo de forças que atua na produção desse espaço é por demais amplo e muitas vezes certas transformações havidas foge à capacidade de compreensão e exigem uma reflexão mais aguda sobre o sentido e os atores das mudanças em curso.

De modo a situar o leitor na problemática, faz-se oportuno retroceder no tempo, a exatos vinte anos, quando em 1981 realizou-se em Curitiba o Seminário "A Região Metropolitana de Curitiba do ano 2000", promovido pelo governo estadual através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e objetivando não apenas a discussão como também a aprovação de propostas capazes de garantir o "crescimento harmonioso" da referida região.

De todo o conteúdo do documento, um mapa, logo na primeira página, chama a atenção. Trata-se de uma imagem aproximada da Região Metropolitana que se projetava para o futuro a partir daquele Seminário: ao centro um conjunto denso de prédios afirmava a centralidade de Curitiba, a sudoeste construções industriais caracterizavam a paisagem com a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em contiguidade espacial a oeste com as indústrias existentes no município de Araucária, dentre outras, a Refinaria Getúlio Vargas da Petrobras e as indústrias do Centro Industrial de Araucária (CIAR) mais adiante, ainda a oeste, somavam-se as indústrias localizadas no município de Campo Largo, importante centro cerâmico e ao norte as indústrias ligadas ao processamento do calcário, nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul. Circundando Curitiba e principalmente como importante infra-estrutura para a atividade industrial destacava-se o contorno metropolitano, interligando o sudeste ao norte, ou seja, os municípios de São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré, além de um trecho projetado interligando o sul ao norte pelo leste.

Nessa época eram quatorze os municípios componentes da RMC e inexistentes municípios como Pinhais (leste), Fazenda Rio Grande (sul) e Campo Magro (noroeste).

De sul a norte seguindo pelo leste predominava uma paisagem campestre, composta por árvores, lagos e casas esparsas, isto porque essa era a localização dos principais mananciais de abastecimento de água da RMC e de importantes rios com destaque para o Iguaçu. Assim, a consciência da necessidade de preservação ou pelo menos o cuidado especial para com essa porção do território da RMC já era fato àquela época. Junto ao mapa um texto explicativo afirmava

a preservação ambiental da metrópole que está nascendo nesta Região está garantida por várias medidas originadas na COMEC, como, por exemplo, a conservação das fontes de abastecimento de água de Curitiba, através da proibição de instalação de indústrias poluentes em toda a área metropolitana, mas especialmente nos Municípios de Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo e São José dos Pinhais, situados a leste de Curitiba. ... Assim, os Municípios situados a leste da Grande Curitiba já tem seu destino traçado para a Região: são áreas de preservação de mananciais. A Metrópole, portanto, não vai caminhar para o leste. Nem para o sul, onde se localizam as áreas inundáveis do rio Iguaçu. A Metrópole vai se espalhar no sentido norte-oeste, e a administração estadual estabeleceu a localização do seu centro industrial, por todos estes fatores, sobre o eixo Campo Largo-Araucária, tendo por suportes a Cidade Industrial de Curitiba, o Centro Industrial de Araucária e o Complexo Petroquímico da Petrobrás, além das boas condições a serem estimuladas em Campo Largo e ao norte do Município de São José dos Pinhais. (SEMINÁRIO ..., 1981)

Para além da preocupação ambiental, a importância do texto está no fato de que o mesmo revela uma lógica de uso e ocupação do espaço na RMC, lógica essa cujas premissas eram tidas como garantia de um futuro menos problemático, em se tratando das questões urbanas e da convivência de distintos interesses e atividades num mesmo espaço.

Assim, a indústria, sinônimo de crescimento econômico, aparecia, na ótica das intenções do órgão planejador metropolitano, qual seja a COMEC, como uma atividade conflitante com a preservação ambiental, por isso mesmo sua localização preferencial não poderia ser, em hipótese alguma, o leste. Ao contrário, o estímulo para tal atividade deveria ser dado a oeste.

Também por razões relacionadas a água - em razão das áreas de inundação -, a cidade não deveria se expandir para o sul, mas sim para o norte e o oeste.

Parece claro, portanto, que a Curitiba imaginada para o ano 2000 deveria permitir a convivência "harmoniosa" de distintos interesses espaciais muitos deles, por natureza, conflitantes.

Voltemos, pois, ao ano de 2001. Se imaginarmos a atualização do mapa descrito anteriormente, nos depararemos com alterações fundamentais nos pressupostos que se afirmavam em 1981, resultando na produção de um espaço diferenciado daquele anteriormente concebido .

A densidade de prédios continua presente e mais intensa na paisagem urbana, mas não como uma massa compacta no centro de Curitiba, senão com seu traçado linear ao longo das vias estruturais, produzindo verdadeiras paredes verticais nos sentidos norte, sul, leste e oeste. A paisagem bucólica do leste foi drasticamente substituída pela presença de importantes indústrias como a Renault, a Audi/Volkswagen e a maioria de seus fornecedores. Ainda a leste observam-se inúmeras ocupações irregulares e loteamentos clandestinos denotando a forte presença de uma população pobre incapaz de pagar o preço de habitar em locais regularizados; paradoxalmente encontram-se também condomínios de classe média e alta, que desfrutam do ambiente preservado e por ele pagam um alto preço. Os rios tanto os do leste quanto os do sul, apresentam-se margeados por centenas de casas paupérrimas ocupando o lugar onde naturalmente deveriam estar as matas ciliares.

Uma extensa franja de pobreza se verifica ao norte, particularmente na divisa do município de Curitiba com os municípios de Almirante Tamandaré, Colombo e Campo Magro, como também ao sul, em direção ao município de Fazenda Rio Grande, este último desprovido de toda sorte de infra-estrutura e que teve a segunda maior taxa de crescimento populacional da Região Metropolitana e a quarta do estado do Paraná no período 1996-2000, 8,4% a.a.

A oeste, eixo primordial de crescimento urbano e industrial previsto em 1981, o município de Campo Largo convive com o ônus social e fiscal do fechamento da fábrica

da Chrysler, aliás, a única das novas e grandes indústrias a se instalar rigorosamente onde se pretendia estimular a implantação industrial.

Assim, percebe-se que em algum momento dos últimos vinte anos, os rumos pretendidos foram subvertidos, revelando a produção de um "outro" espaço muito diferente daquele outrora idealizado. Com isso evidencia-se a existência de importantes forças modificadoras da realidade, forças essas de origem econômica, social e política, que não podem ser aprisionadas e tampouco compreendidas senão no próprio contexto de sua ação transformadora e da produção espacial que engendram.

Tais transformações manifestavam-se sob diversas formas, sendo uma das mais evidentes, na nossa percepção, aquela relacionada à atividade industrial, isto porque esta tem sido, desde há muito, a preocupação central de nossas investigações no âmbito da Geografia.

Desse modo, num momento em que investigar Curitiba era sinônimo quase que obrigatório de discutir o planejamento urbano e as imagens criadas para a cidade, por força da eficiente ação política de um grupo que fez do *city marketing* seu grande aliado na projeção da cidade, preocupamo-nos com outra ordem de questões, que passou a ter papel importante na modificação da realidade local e cuja materialidade se deu em final de 1995, quando a empresa francesa Regie Nationale des Usines Renault, decidiu atuar no Brasil e escolheu a cidade de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, para a instalação de sua fábrica.

De imediato algumas questões eram intrigantes e motivadoras de uma investigação acadêmica, destacando-se: porque indústrias do porte da Renault e da Audi/Volkswagen, decidiram se instalar na Região Metropolitana de Curitiba se aí não havia qualquer tradição na produção de veículos leves? Porque a instalação dessas fábricas seria em São José dos Pinhais, se este local deveria ser resguardado desse tipo de atividade com alto potencial polutivo em razão da proximidade dos mananciais de abastecimento de água? A instalação da Renault, um fato inicialmente isolado, poderia ser o prenúncio de transformações sócio-espaciais mais densas que estariam por ocorrer? Que nexos existiam entre os fatos atuais e aqueles observados na década de 70, quando Curitiba recebeu as primeiras grandes indústrias de capital externo? Até que

ponto a localização industrial da Renault, da Audi/Volkswagen e das demais indústrias correlatas, revelaria a desconcentração de Curitiba e a emergência da dimensão metropolitana, problemática essa que vai muito além da institucionalização da Região Metropolitana havida nos anos 70?

No interior desses questionamentos, o recorte espacial constituído pela Região Metropolitana de Curitiba ganhou destaque, por ser uma nova possibilidade de localização industrial tanto ao nível local quanto nacional. Ao nível local, por representar a materialização da investida do governo estadual visando a consolidação das transformações do perfil econômico do estado do Paraná, por meio de uma agressiva política de atração de investimentos industriais, que redundou na instalação de fábricas em outros municípios que não Curitiba; ao nível nacional, apresentava-se como uma nova possibilidade de localização, inserindo, no processo de industrialização nacional, lugares até então pouco expressivos.

À instalação da Renault seguiram-se outras, numa espécie de efeito cascata, que se traduziu na implantação de duas outras importantes indústrias automobilísticas, a Audi/Volkswagen e a Chrysler, bem como dezenas de seus fornecedores de primeira camada, ou seja, aqueles parceiros mundiais das respectivas montadoras, indispensáveis à constituição dos novos complexos de produção¹, característicos dessas grandes empresas.

Simultaneamente a isso, um outro fato chamava a atenção, o qual se revelava através das iniciativas da Prefeitura de Curitiba em constituir um pólo de produção de *software* visando a exportação, numa explícita tentativa de criar um pólo tecnológico em Curitiba, transformando-a, quiçá, num tecnopolo.

O primeiro fato² parecia externo à Curitiba, pois já não era a unidade político-administrativa, ou seja, o município de Curitiba que ganhava destaque, uma vez que a

¹ O conceito de complexo de produção será discutido em face das transformações nos processos produtivos, organizacionais e técnicos das indústrias automobilísticas implantadas na RMC, o que será feito no Capítulo 3, no entanto, adianta-se tratar do reagrupamento de empresas em espaços específicos, caracterizados pela desintegração vertical e aglomeração espacial das indústrias (AMIN e ROBINS, 1992, p. 131-136).

² O fato aqui está sendo compreendido como "partes estruturais do todo", na perspectiva trabalhada por KOSÍK (1976, p. 35-36), para quem "os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo

atração de investimentos industriais resultava predominantemente na localização em outros municípios da Região Metropolitana; o segundo fato revelava o destaque para Curitiba, criando uma nova perspectiva econômica, que seria capaz de introduzi-la num novo patamar do processo de reprodução capitalista na atualidade, ao mesmo tempo que agiria como um reforço à imagem de modernidade e inovação, recorrentemente associadas à Curitiba.

Diante da necessidade de compreensão desses dois fatos principais e dos desdobramentos decorrentes, buscamos um referencial teórico a partir do qual seria possível responder às questões inicialmente formuladas, qual seja, a reestruturação sócio-espacial, na medida em que a problemática analisada no âmbito deste trabalho, não pode ser dissociada do amplo processo de reestruturação capitalista, que tem suscitado uma série de análises por parte de inúmeras ciências sociais, visando a compreensão de suas diversas manifestações. Nesse contexto, não são poucos os trabalhos preocupados com a reestruturação das empresas (organizacional), com a reestruturação produtiva, com a reestruturação do trabalho, com a reestruturação industrial e com a reestruturação urbana, metropolitana e regional, dentre outras transformações específicas analisadas no âmbito da administração, da economia, da sociologia, da arquitetura e da geografia, para se restringir a alguns exemplos.

Dessa forma, à luz da reestruturação produtiva, acreditamos que há uma grande relação entre a emergência de novos processos produtivos e a busca de novos lugares para a realização da produção, o que por si só garante uma vasta possibilidade de investigação geográfica acerca da reestruturação. Não é sem razão, que o tema tem sido recorrente na Geografia, na medida em que tal ciência busca compreender a produção do espaço e na medida em que o espaço se produz e se reproduz de modo contínuo tendo em vista as transformações que ocorrem na sociedade, manifestadas a partir da economia, do sistema produtivo e das relações sociais, dentre outras.

dialético - isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída", portanto, não basta acumulá-los para se conhecer a realidade e tampouco apreender a totalidade.

Assim, a nova forma de organização³ da produção de bens materiais redonda na produção de espaços diferenciados, o que se faz, na maioria das vezes, a partir da recriação e requalificação dos espaços anteriormente existentes, e que podem ser apreendidos a partir de diferentes escalas de observação. No presente trabalho, duas escalas serão consideradas prioritárias, quais sejam, aquela capaz de explicar as mudanças ao nível da inserção da economia paranaense de modo geral e de Curitiba de modo particular no contexto industrial nacional e aquela capaz de explicar a nova lógica de distribuição da atividade industrial em Curitiba em face da emergência da metropolização.

Na perspectiva de SOJA (1993, p. 193), “dar um sentido prático a essa reestruturação contemporânea da espacialidade capitalista tornou-se a meta fundamental de uma geografia humana crítica pós-moderna ora emergente”, a despeito dos debates sobre a pertinência de se situar o momento atual como sendo revelador da pós modernidade, trata-se, sobretudo, de apontar a necessidade de novas vias de investigação da realidade em mutação.

Contudo, a questão da reestruturação sustenta os debates acadêmicos desde há muito, quando se tem em mente o sentido dialético ao qual o conceito se reporta. Para LEFEBVRE (1971, p.162) as estruturas não são mais que momentos provisórios, o equilíbrio não é mais que momentâneo, visto ser um elemento fundamental da transformação, portanto, nessa perspectiva a reestruturação é um movimento contínuo, indissociável da estruturação.

Dessa forma, a gênese da reestruturação não pode ser compreendida senão no próprio processo de estruturação “precedente”, a partir da relação dialética que se estabelece entre o velho e o novo ou, como sugere SOJA (1993, p. 193-194),

a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. ... [o] idealismo evolucionista disfarça o arraigamento da reestruturação na crise e no conflito competitivo entre o velho e o novo, entre a ordem herdada e uma ordem projetada ... a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas

³ Trata-se não apenas da organização da produção no interior da indústria, como também da distribuição espacial das unidades produtivas.

situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material.

De modo geral, a visibilidade das mudanças, ou o momento em que as contradições internas na estruturação do sistema capitalista começam a vir à tona, pode ser situado temporalmente, a partir da crise do petróleo em 1973 e da recessão que se seguiu, que teriam sido capazes de, segundo HARVEY (1992, p. 140), por

em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulação política e social bem distinta.

A partir das colocações de HARVEY (1992), podemos concluir que significativas mudanças estavam em curso nas décadas de 70 e 80, onde um novo regime de acumulação estava sendo gestado – denominado de acumulação flexível - no interior do regime antigo, qual seja o fordismo.

É justamente nessa transição, que não é estanque ou mecânica, mas dinâmica e interativa, que revela uma situação de crise entre o vigente e o emergente, entre o alcance dos limites e a necessidade de alargamento, que passam a ser repensadas as formas de organização da produção, as relações de trabalho, as técnicas e os produtos produzidos, tendo em vista representarem entraves ao processo de reprodução do capital. É necessário portanto, inovar, produzir novas relações que não signifiquem entraves ao processo produtivo, reinventar produtos e processos de modo a que possa alargar e aprofundar a reprodução do capital.

Assim a acumulação flexível, compreendida como um novo momento do processo de reprodução do capital, é marcada,

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas

maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140)

HARVEY (1992) adverte⁴, contudo, que o debate acerca da transição do fordismo para a acumulação flexível é complexo e permeado por distintas posições teóricas, mas ressalta que as mudanças são visíveis e não podem ser negligenciadas, pelo contrário, deve-se lançar um novo olhar na tentativa de buscar uma combinação nova de elementos antigos componentes da lógica de reprodução capitalista.

Igualmente polêmica é a posição de diferentes autores em relação ao espaço produzido no âmbito das mudanças capitalistas, que engendram um espaço diferenciado, sem contudo ser descolado do anterior e sem que esse novo espaço produzido não guarde estreita relação com o precedente. Trata-se, portanto, do novo sendo gestado no momento anterior, como bem expressa LEFEBVRE (1971) na idéia de *devenir*.

Assim, à emergência de distintos métodos de produção, caracterizados por novos paradigmas técnico e organizacionais correspondem não apenas novas indústrias, no senso estrito da implantação, mas também a transformação das já existentes, a partir da incorporação das mudanças (reestruturação organizacional e produtiva).

Essas novas indústrias no sentido estrito, expressariam novas lógicas de localização industrial, tanto ao nível mundial quanto ao nível do país, bem como no interior dos espaços urbanos, assim surgiriam os novos espaços industriais, de que falam BENKO (1996) e BORJA & CASTELLS (1997), dentre outros. No caso de Curitiba, é a localização das novas indústrias no senso estrito que ganha destaque, por se tratar sobretudo da implantação de unidades fabris, intimamente relacionadas às novas formas de concepção da produção e de organização do trabalho.

A produção de novos espaços a partir da emergência das novas relações sociais que se estabelecem, seja ao nível da produção propriamente dita, da distribuição, da localização ou do consumo, nos leva a concordar com a afirmação de CASTELLS

⁴ Particularmente no capítulo intitulado "Acumulação flexível - transformação sólida ou reparo temporário?" In: HARVEY (1992, p. 177-184), quando discute a acumulação flexível em sua relação com a crise do fordismo e conclui que a mesma pode expressar apenas uma nova combinação de elementos antigos da lógica geral da acumulação do capital.

(1999) segundo a qual “uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais ... o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão ... as formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 435), o espaço é, portanto, indissociável da sociedade.

Em meio a um acirrado debate sobre a questão, GOTTDIENER (1990, p. 59) aponta para a idéia consensual que permeia os trabalhos oriundos de diferentes perspectivas teóricas sobre a reestruturação, segundo a qual “as recentes mudanças no capitalismo, provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano”. Assim, para o Autor

a forma fenomênica do capitalismo industrial era a fábrica. Sob esse regime de acumulação gerou-se uma forma espacial associada: a cidade industrial ... Após a Segunda Guerra Mundial, com o aparecimento das multinacionais, surgiu uma nova fase do capitalismo nos Estados Unidos, chamada por Mandel (1975) de Capitalismo Tardio. A forma fenomênica do Capitalismo Tardio é a empresa multinacional A partir dos anos 50, o espaço no entorno das áreas urbanas adquiriu uma forma diferente. A nova forma espacial tornou-se a região metropolitana espalhada ... gerada por um processo de desconcentração. (GOTTDIENER, 1990, p. 60)

Desse modo, a interpretação de GOTTDIENER (1993) se constrói não pelo estabelecimento de elos mecânicos entre fases do capitalismo e forma espacial da cidade, mas pela ligação contingente entre ambos, posto que as forças políticas e ideológicas não podem ser subestimadas no processo de produção do espaço.

Também preocupado com a problemática urbana, CASTELLS (1986) acredita que a revolução tecnológica e a reestruturação do capitalismo têm provocado importantes modificações nas cidades e nas regiões do mundo inteiro, que se expressam a partir da definição de uma nova divisão internacional do trabalho, que abrange diferentes escalas espaciais, desde o nível internacional, passando pelo inter-regional e alcançando o espaço interno das regiões metropolitanas mais importantes do mundo.

Desse modo, as “fontes estruturais da nova divisão espacial do trabalho” (CASTELLS, 1986, p. 5) residiriam num processo de mudança tecnológica, onde a

informação passaria a ter um papel fundamental para o processo produtivo, através da alta tecnologia, definida pelo Autor como algo mais que uma indústria ou atividade mas como um *processo*.

As novas tecnologias têm sido capazes de permitir, ao longo do tempo e cada vez mais intensamente, a disjunção espacial das atividades produtivas, passíveis de se localizarem em diferentes lugares do mundo, reagrupando-as num outro momento e num outro lugar. Fato que auxilia a compreensão das possibilidades de deslocamento das indústrias pelo mundo e internamente dentro do território nacional, ou mesmo no interior de uma região metropolitana.

Para GOTTDIENER (1993, p. 230) a reestruturação do capitalismo é, em essência, um fenômeno sócio-espacial, pois é fruto do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração, na medida em que os fenômenos deixam de ser sociais e/ou espaciais e passam a ser sócio-espaciais, haja vista que são “ao mesmo tempo produtos e produtores”.

Dessa forma, a reestruturação ocorre quando as "estruturas sociais e espaciais de acumulação transformam-se em entraves ou obstáculos", sendo necessário, portanto, modificá-las; é a tentativa do capitalismo de restaurar as "condições fundamentais de sua sobrevivência" (SOJA, 1993, p.221).

No âmbito do espaço urbano, acreditamos que isso se evidencia em Curitiba, a partir da conformação do aglomerado metropolitano, que se caracteriza pela crescente incorporação de novos espaços à dinâmica metropolitana, espaços esses que não obedecem a uma forma pré definida e tampouco confinada nos limites político-administrativos da cidade ou do município, mas cujas relações se processam num contexto mais abrangente, vinculadas à lógica de produção da metrópole e à superação de seus limites institucionais, os quais podem ser compreendidos como um dos entraves ou obstáculos.

Pelo exposto, interpretando os fatos referentes à Curitiba à luz da reestruturação, tornou-se evidente que a problemática central a ser analisada no presente trabalho ultrapassava a questão da localização da indústria na Região Metropolitana de Curitiba, e deveria, necessariamente, considerar a nova realidade metropolitana, como a

expressão do processo de reestruturação, que engendra um novo padrão de localização não só das pessoas como também das atividades econômicas, dentre elas a industrial.

Portanto, o primeiro fato motivador do presente trabalho - aquele que parecia externo à Curitiba em razão da implantação industrial predominante nos outros municípios da Região Metropolitana que não Curitiba -, não poderia ser apreendido em sua totalidade se não se buscasse compreender a nova dimensão urbana, qual seja a metropolitana, bem como os novos papéis de Curitiba no contexto, inclusive quanto à implantação de um pólo de produção de *software*, o segundo fato motivador do presente trabalho.

Assim, a partir dos fatos motivadores e de sua amarração teórica, foi possível formular uma problemática de trabalho, no interior da qual dois objetivos principais podem ser apontados. Ambos os objetivos associam-se, como não poderia deixar de ser, ao processo de reestruturação capitalista, porém à dimensões distintas do mesmo.

O primeiro objetivo busca compreender Curitiba na perspectiva metropolitana enquanto uma nova possibilidade de localização industrial, fruto das transformações no contexto da localização industrial ao nível do país, caracterizado, até então, pela grande concentração em São Paulo. As novas indústrias instaladas - particularmente relacionadas à produção de veículos leves⁵ -, caracterizam-se por um novo padrão tecnológico, alto nível de automação, tecnologia de ponta, novos métodos organizacionais, produção baseada no sistema *just in time*, mão de obra qualificada e flexível, testemunhos, portanto da reestruturação produtiva e organizacional;

O segundo objetivo, vincula-se ao desvendamento da dimensão sócio-espacial do processo de reestruturação, que tem na desconcentração metropolitana sua expressão urbana mais contundente, na perspectiva do que afirma GOTTDIENER (1990, p. 61) de que a desconcentração é ela própria a teoria da reestruturação; busca, portanto, compreender a conformação da Curitiba metropolitana, resgatando o conceito de

⁵ Cabe ressaltar que as indústrias do gênero material de transportes existentes anteriormente em Curitiba não se dedicavam à produção de veículos leves como os automóveis e utilitários produzidos pela Renault, Audi/Volkswagen e Chrysler, mas sim à produção de ônibus, caminhões e máquinas agrícolas tal é o caso da Volvo e da New Holland.

aglomerado metropolitano⁶ para qualificá-la, bem como para compreender, em seu interior, a nova lógica de localização das atividades e pessoas, com ênfase na localização industrial.

No âmbito do primeiro objetivo, a desconcentração industrial será trabalhada a partir das proposições de DINIZ (1993), DINIZ e CROCCO (1996), NEGRI (1996), PACHECO (1999), AZZONI (1985), dentre outros, que se preocupam em compreender o deslocamento da indústria no território brasileiro.

Quanto ao segundo objetivo, a noção de desconcentração apoia-se em GOTTDIENER (1993, p. 19), para quem a desconcentração "descreve os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados". Tendo a análise do Autor se baseado na ocorrência do processo nos países centrais, cabe indagar quais as características particulares que a desconcentração assume em países como o Brasil, mas particularmente em Curitiba em face das transformações observadas.

Assim, nos países centrais "o processo de desenvolvimento sócio-espacial associado à fase atual do capitalismo tardio é a desconcentração, que produz uma forma distinta de espaço - a região metropolitana polinucleada, esparramada" (GOTTDIENER, 1993, p. 198). Em Curitiba tal processo produziu também um aglomerado metropolitano, porém diferenciado da região metropolitana – que no Brasil é institucionalizada por força da legislação - e menos abrangente que esta e onde a emergência de novos núcleos não é proporcional à dimensão espacial que a mancha urbana alcança.

À dispersão regional sugerida pelo Autor, corresponde uma forte centralização de certas atividades que levam, na maioria dos casos, à exacerbação da primazia de Curitiba, não mais pela atração de novas indústrias ou pela concentração da maior parcela dos novos fluxos de população, mas pelo surgimento de funções metropolitanas,

⁶ Ao longo do trabalho poderá aparecer também a expressão aglomeração metropolitana como sinônimo de aglomerado metropolitano. A explicitação do conceito de aglomerado metropolitano se fez com base no recente trabalho *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, Brasília, IPEA, 2000, e nos parece mais apropriada do que a expressão que vínhamos utilizando em versões preliminares do presente trabalho, qual seja, espaço metropolitano, essa discussão será explicitada no Capítulo 2.

entendidas como aquelas voltadas mais aos serviços às empresas - tanto à jusante quanto à montante -, do que às pessoas, como ocorria até meados dos anos 80 (MERENNE-SCHOUMAKER, 1998).

Nessa perspectiva ocorre a afirmação de Curitiba em relação ao aglomerado, seja de indústria, seja de população, posto que tudo se imbrica e se define a partir de uma mesma lógica que parte de Curitiba. Há que se lembrar que a constituição das metrópoles se dá não a partir das delimitações rígidas e fixas que foram definidas às cidades no passado, mas a partir da dinâmica, do processo e que não é a existência de um limite político-administrativo que vai alterar a lógica de crescimento e de distribuição das atividades e pessoas.

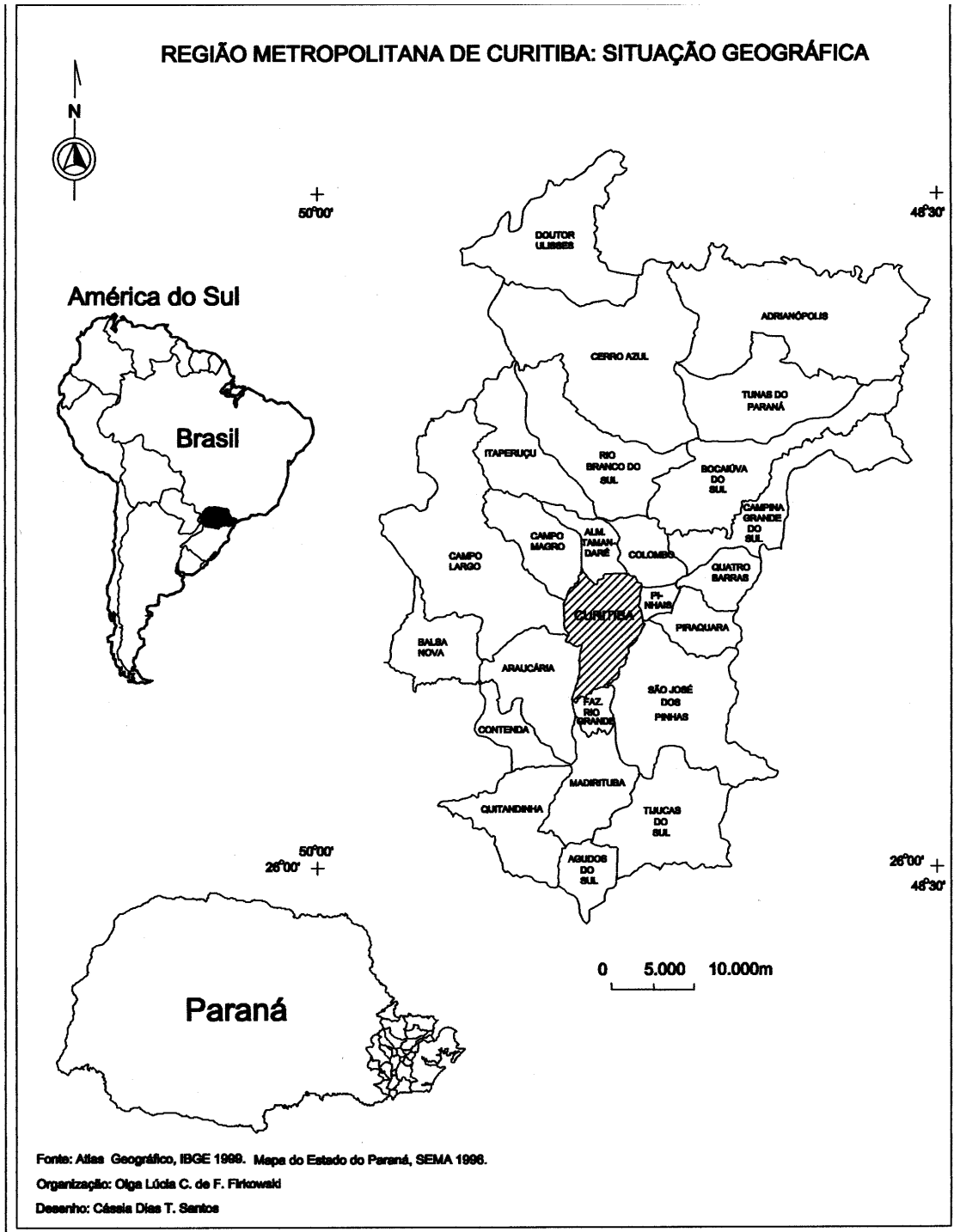
A constituição das metrópoles nesse final de século revela essa lógica, onde o aglomerado metropolitano de Curitiba é que tem sentido, e não mais as cidades tomadas enquanto entes individuais em seu interior, trata-se da prevalência do processo - que origina o aglomerado metropolitano -, sobre a forma institucional - seja ela a Região Metropolitana ou os municípios.

A despeito da constituição oficial da Região Metropolitana de Curitiba ter se dado na década de 70, o processo de metropolização assume significado real apenas na década de 90, quando parcelas significativas das atividades econômicas - principalmente a fabril - e da população passam a se distribuir pelos municípios componentes do aglomerado metropolitano, aproximadamente doze municípios⁷, em contraposição aos vinte e cinco que fazem parte da Região Metropolitana, ver Mapa 01.

Na década de 90, a expansão da mancha urbana que se consolida para além dos limites político-administrativos de Curitiba, pode ser medida através do crescimento populacional acelerado dos municípios do aglomerado. Enquanto a taxa geométrica de crescimento anual da população do município de Curitiba foi de 1,82% entre 1996 e 2000 (IBGE), a de Piraquara foi de 8,53%; de Fazenda Rio Grande 8,34%; de Rio Branco do Sul 6,01%; de Campo Magro 5,57%; de Araucária 5,26%; de São José dos

⁷ São eles, além de Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Mapa 01



Pinhais 4,84%; de Almirante Tamandaré 4,82% e de Colombo 4,51%, para citar os de crescimento mais significativo.

Para o mesmo período, a taxa de crescimento da Região Metropolitana em conjunto foi de 2,9%, enquanto que a do aglomerado, exceto Curitiba, foi de 4,86%, bastante superior não só ao crescimento do município de Curitiba, 1,82%; da Região Metropolitana, 2,9% e do próprio estado do Paraná, 1,5%.

A segunda metade da década de 90 é marcada, assim, pela emergência da dimensão metropolitana, que é produzida e ao mesmo tempo é também produto da nova realidade industrial, quando uma série de capitais industriais passa a se localizar predominantemente no aglomerado metropolitano, portanto, na Curitiba desconcentrada, metropolitana e não mais nos limites do município de Curitiba como ocorria anteriormente.

Dos 156 protocolos firmados entre governo estadual e empresas para a implantação de unidades industriais no estado do Paraná entre 1995 e 1999, 89 apontavam como localização a Região Metropolitana de Curitiba, desses 69 já estavam implantados até o final do ano de 1999, dentre os quais apenas dois fora do aglomerado metropolitano.

Assim, das 67 indústrias⁸ instaladas no aglomerado metropolitano a partir de 1995, 81% localizaram-se nos demais municípios do aglomerado que não Curitiba, ao que corresponde 82% dos capitais investidos e 70% dos empregos. Apontando, inequivocamente, para uma alteração na lógica de localização industrial, até então fortemente concentrada em Curitiba. Ressalta-se que apenas São José dos Pinhais recebeu 36% das novas indústrias, 61% dos capitais e 43% dos empregos.

Há que se destacar, ainda, que cerca da metade dos estabelecimentos instalados em Curitiba referem-se à ampliação⁹ ou reconversão¹⁰ de estabelecimentos já existentes,

⁸ Trata-se exclusivamente daquelas indústrias que haviam assinado protocolo de intenções com o governo do estado de modo a aderir ao Programa Paraná Mais Emprego e usufruir, assim, de benefícios relacionados ao recolhimento do ICMS.

⁹ Respectivamente Bosch, Brasilsat, Brahma, Volvo e Spaipa.

¹⁰ Refere-se à Kraft Lacta que passou a ocupar as instalações da Phillip Moris, ambas pertencentes a um mesmo grupo.

portanto, não correspondendo às novas indústrias no sentido estrito de que falamos anteriormente.

Quanto aos gêneros, têm-se um predomínio absoluto de material de transportes, que responde por 50% das implantações, percentual que aumenta quando se considera as indústrias classificadas em outros gêneros, mas que produzem componentes para a produção de veículos.

A compreensão das transformações espaciais havidas, deve ser buscada a partir da análise de dois momentos do processo de industrialização em sua correlação com a forma urbana produzida, no primeiro, onde prevalecia a lógica da cidade, Curitiba se destacava enquanto localização preferencial dos estabelecimentos industriais, seguida por Araucária. No segundo momento, que se apresenta, em parte, como consolidação do primeiro, posto que - a despeito de haver alteração nos gêneros de destaque - os sinais iniciais de modificação da estrutura produtiva já ocorriam no final da década de 70 com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba e do Centro Industrial de Araucária, passa a prevalecer a lógica da metrópole desconcentrada. Neste momento São José dos Pinhais e outros municípios localizados à leste de Curitiba se destacam, revelando não apenas uma significativa alteração no padrão de localização espacial da indústria no espaço metropolitano como também a própria alteração da dimensão urbana de Curitiba, fruto da intensificação do processo de metropolização.

Como evidência da dimensão urbana emergente, novas atividades econômicas, ou atividades com maior grau de especialização, passam a se localizar em Curitiba, é o caso, dentre outros, das grandes redes varejistas, principalmente através dos hipermercados e dos *shopping centers*, do setor hoteleiro que também vive seu momento de expansão, com a implantação de importantes redes da hotelaria mundial.

Os espaços urbanos, sobretudo os destinados à moradia, também sofrem sensíveis modificações em decorrência não apenas da valorização do solo em Curitiba e da conseqüente expulsão velada das camadas mais pobres, como também do grande aumento de migrantes de baixa renda que, atraídos pelas supostas possibilidades de emprego em razão da dinamização da economia, intensificam a ocupação de vazios

urbanos, principalmente aqueles representados pelas áreas de mananciais, localizadas nos municípios a leste de Curitiba, como Pinhais e Piraquara.

Como outra face do mesmo processo de atração, surgem também os loteamentos destinados tanto àqueles que vêm para Curitiba como parte integrante do processo produtivo, tais como os executivos, gerentes e funcionários altamente qualificados, como também para aqueles já residentes, para os quais ampliam-se as opções e inserem-se novos conceitos de moradia. Para essas parcelas são criados condomínios fechados como o Alphaville Graciosa, no município de Pinhais, além de inúmeros hotéis e *flats* de bandeiras internacionais, esses últimos localizados em áreas revalorizadas do centro tradicional de Curitiba.

Corroborando a nova perspectiva, o papel da Cidade Industrial de Curitiba se altera, trata-se agora de reforçar em Curitiba não os elementos caracterizadores da metrópole industrial fordista, mas aqueles que a identificam como uma metrópole (pós?)moderna, que vislumbra um futuro promissor a partir da implantação de atividades com tecnologia de ponta, não apenas ligada a produção de *software*, como também à biotecnologia. Isso se harmoniza perfeitamente com o caminho trilhado por via do *city marketing*, característico de Curitiba.

Pelo exposto, conclui-se que o trabalho não pode se reduzir à análise da distribuição dos novos investimentos industriais, mas deve compreender o novo padrão locacional da indústria como um importante componente para a conformação do aglomerado metropolitano, ele próprio revelador da desconcentração e de uma nova lógica de localização das atividades e pessoas.

Com isso buscamos compreender como o processo de reestruturação sócio-espacial produz a desconcentração de Curitiba ao mesmo tempo em que a insere em uma nova dinâmica industrial, que se constituem, desse modo, como faces da reestruturação. O novo conteúdo urbano de Curitiba, que tem no aglomerado metropolitano sua forma espacial, surge da relação entre a desconcentração e a nova dinâmica industrial e expressa-se pela recomposição funcional de Curitiba, que passa a ter novas funções, capazes de transformá-la, de fato, em metrópole, bem como de inseri-la no amplo espaço de relações globais que se intensificam.

Como decorrência, a cidade dá lugar à metrópole, que se expande, ao mesmo tempo que, para se firmar enquanto centro de comando da vida metropolitana, Curitiba passa a concentrar atividades econômicas distintas, relacionadas aos serviços, comércio e gestão, além de se voltar para uma outra perspectiva relacionada a produção de tecnologia e de *software*.

Tais fatos dão à Curitiba novas características, que são compreendidas a partir do processo de desconcentração metropolitana, que produz uma forma urbana territorialmente expandida - o aglomerado metropolitano -, no interior da qual ocorre o aprofundamento de relações de toda ordem, criando uma verdadeira dinâmica metropolitana, com uma lógica de crescimento indissociável. Ao mesmo tempo, esse novo espaço metropolitano produzido - o aglomerado -, distancia-se da definição espacial da Região Metropolitana de Curitiba, diferenciando uma delimitação legal - esta última, de um processo, o de metropolização, que ocorre de forma seletiva no interior da Região Metropolitana institucionalizada.

Compreender Curitiba em sua perspectiva metropolitana não é tarefa que se resolva com uma análise restrita ao momento atual. É necessário a busca dos elementos geradores do presente, os quais estão necessariamente em outro momento do processo histórico recente.

Resgatar o processo significa buscar os nexos criados na cidade do passado e que viabilizam não apenas a metrópole do presente como também a do futuro.

Partimos, pois, do pressuposto de que as alterações em curso na década de 90 tem seu germe em décadas anteriores, principalmente nos anos 70, quando foi deflagrado o processo de planejamento urbano que, aliado aos demais agentes e interesses que produzem a cidade capitalista, teve papel decisivo na estruturação¹¹ de Curitiba nos anos 70 e 80.

Essa estruturação foi, assim, resultado sobretudo da intervenção do estado por via da ação planejadora numa cidade de pouco mais de 600 mil habitantes, com intenso processo migratório em razão, principalmente, da situação estabelecida no campo e do

¹¹ Essa estruturação é também ela própria uma reestruturação, na medida em que transformou a cidade existente anteriormente, como que num movimento contínuo de criação e recriação.

conseqüente êxodo rural. Uma cidade que tentava alterar o perfil de sua economia urbana, por via da implantação de um processo de industrialização induzido também pelo Estado planejador; uma cidade que se tornava sede de uma das nove regiões metropolitanas institucionalizadas pelo governo federal e que, contraditoriamente, não apresentava sinais de relações de ordem metropolitana com o seu entorno. Esta é, pois, a preocupação principal a ser tratada no primeiro Capítulo. Para tanto, serão analisados os processos de industrialização e urbanização no Paraná até o final dos anos 80, seja em relação à política de atração de investimentos desencadeada no final da década de 70, que privilegiou Curitiba, seja em relação à institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba, seja ainda em relação ao desencadeamento do processo de planejamento urbano, raiz de importantes modificações futuras.

Uma vez compreendidos os pressupostos locais para as transformações recentes de Curitiba, há que se buscar também os nexos existentes entre as mudanças havidas no estado do Paraná e no Brasil nos anos 90, no que diz respeito essencialmente a atividade industrial e aos deslocamentos populacionais particularmente no âmbito metropolitano, tal é o conteúdo do Capítulo 2.

Nele tratar-se-á da desconcentração industrial brasileira que alcança inicialmente o interior paulista e insere, na década de 90, com mais vigor os estados vizinhos a São Paulo, cuja presença de novas plantas industriais, principalmente nos estados do Sul e relacionadas à indústria automobilística, se associa à formação do Mercosul, destino previsto de parte considerável da produção. Dessa forma, são ressaltadas as determinações externas ao processo local. A problemática da metropolização no Brasil é também destacada, na medida em que fornece elementos para a compreensão de uma outra dimensão da desconcentração contemporânea, qual seja, a desconcentração metropolitana.

A década de 90 apresenta-se como marco não só em razão da entrada de importantes capitais industriais no Brasil, particularmente relacionados à indústria automobilística, com também em função das condições econômicas internas como a estabilização da moeda, condição mesmo para a atração de capitais externos. Ademais, é nessa década, particularmente em sua segunda metade, que se materializam as principais

alterações no âmbito da industrialização e da metropolização em Curitiba. A política de atração de investimentos levada a efeito pelo governo estadual é apontada como um importante elemento capaz de auxiliar na explicação da nova fase industrial.

No Capítulo 3, intitulado "A nova territorialidade da indústria no aglomerado metropolitano e a recomposição urbana de Curitiba", ressalta-se a emergência de uma nova dinâmica industrial no aglomerado metropolitano, caracterizada pela consolidação da estrutura produtiva na qual predominam as indústrias dinâmicas, tendência esta iniciada na década de 70 com a implantação da CIC; no entanto, apesar da consolidação verifica-se também uma importante modificação em direção ao nítido predomínio, na atualidade, da indústria automobilística voltada à produção de veículos leves.

A despeito da consolidação da estrutura produtiva – porém, não sem modificações nos gêneros de destaque -, importantes alterações se apresentam entre os dois momentos analisados, a mais significativa é aquela que se relaciona à emergência de um novo padrão de localização da atividade industrial. Assim, são apresentadas as evidências dessa alteração, posto que a maioria das novas indústrias não se localiza em Curitiba, mas sim no aglomerado metropolitano, com ênfase na sua porção leste, desencadeando importantes conflitos de uso do solo em razão de aí se localizarem os principais mananciais de abastecimento de água de Curitiba e parte da Região Metropolitana.

O novo padrão revela-se estreitamente associado à implantação dos complexos de produção flexíveis (AMIN e ROBINS, 1992), capitaneados respectivamente pela Renault, Audi/Volkswagen e Chrysler. Tais complexos imprimem um novo conteúdo aos antigos distritos industriais e revelam sua sintonia aos novos padrões produtivos e organizacionais, característicos da grande indústria transnacional.

Por fim, é analisada a recomposição de Curitiba no contexto metropolitano, na medida em que esta não se apresenta mais como a localização predominante da indústria e da população, mas que assume um outro e não menos relevante papel, qual seja, aquele que se relaciona à centralização de atividades econômicas distintas, mais especializadas e condizentes com a nova condição urbana que se coloca, qual seja, a metropolitana.

São analisados também os elementos que foram capazes de transformar a “cidade contemplativa”, fruto dos pesados investimentos na criação de uma imagem positiva

para a cidade e que utilizou o *city marketing* como principal estratégia, em uma “metrópole competitiva”, passando a contar com trunfos que a diferenciam das demais metrópoles brasileiras. Assim, a metrópole apresenta-se com um novo conteúdo, expressão, em última análise, da reestruturação sócio-espacial.

A originalidade do presente trabalho pretende estar no encontro entre uma vasta teorização sobre a reestruturação sócio-espacial nesse final de século XX e início de século XXI, e uma realidade em construção, onde novos e importantes processos estão sendo desencadeados; assim, se viabiliza através da proposição de uma interpretação acadêmica para os processos em curso, concernentes à nova dinâmica industrial e metropolitana em Curitiba.